

Maria Helena Diniz

Mestre e Doutora em Teoria Geral do Direito e Filosofia do Direito pela PUCSP. Livre-docente e Titular de Direito Civil da PUCSP por concurso de títulos e provas.

Professora de Direito Civil no curso de graduação da PUCSP. Professora de Filosofia do Direito, de Teoria Geral do Direito e de Direito Civil Comparado nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Direito da PUCSP.

Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Direito Civil Comparado nos cursos de pós-graduação em Direito da PUCSP. Membro da Academia Paulista de Direito (cadeira 62 – patrono Oswaldo Aranha Bandeira de Mello), da Academia Notarial Brasileira (cadeira 16 – patrono Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda), do Instituto dos Advogados de São Paulo e do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro. Presidente do Instituto Internacional de Direito.

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO INTERPRETADA

19ª edição, revista e atualizada
2017

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-1585-9

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

SOMOS | **saraiva** *fech*
EDUCAÇÃO

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Diniz, Maria Helena

Lei de introdução às normas do direito brasileiro interpreta-
da / Maria Helena Diniz. – 19. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.1. Direito civil - leis e legislação - Brasil 2. Brasil. [Decreto-
-lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942] I. Título.

16-1548

CDU 347(81)(094.46)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Código Civil comentado 347(81)(094.46)
2. Código Civil : Comentários : Brasil 347(81)(094.46)

Presidente Eduardo Mufarej
Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial

Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência

Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Concursos Roberto Navarro
Legislação e doutrina Thais de Camargo Rodrigues

Edição Bruna Schindwein Zeni

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Guilherme H. M. Salvador
Kelli Priscila Pinto
Marilyn Cordeiro
Mônica Landi
Surane Vellenich
Tatiana dos Santos Romão
Tiago Dela Rosa

Diagramação e revisão Know-How Editorial

Comunicação e MKT Elaine Cristina da Silva
Capa Tiago Dela Rosa
Produção gráfica Marli Rampim
Impressão e acabamento Edições Loyola

Data de fechamento da edição: 30-11-2016Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 600201 CAE 586616

1102512

ÍNDICE

<i>Prefácio</i>	17
Capítulo I — PERFIL JURÍDICO DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	19
1. Natureza da Lei de Introdução.....	21
2. Conteúdo e funções da Lei de Introdução	23
3. Lei de Introdução e a questão da aplicação das normas jurídicas ...	24
4. Lei de Introdução e a vigência espaciotemporal da norma	31
5. Normas de direito internacional privado contidas na Lei de Introdução	36
CAPÍTULO II — Análise Teórico-Científica da Lei de Introdução	57
DECRETO-LEI N. 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942	59
<i>Art. 1º</i>	
1. Lei como fonte jurídica formal	60
2. Lei como resultado da atividade legislativa	61
3. Processo legislativo como fonte legal	62
4. Executoriedade e obrigatoriedade da lei.....	64
5. Aspectos essenciais da validade e delimitação conceitual de vigência, eficácia e fundamento	66
6. Princípio da vigência sincrônica e <i>vacatio legis</i>	71
7. Cômputo do prazo de <i>vacatio legis</i>	73
8. Prazo para entrada em vigor da lei brasileira no estrangeiro.....	73
9. Obrigatoriedade da lei revogada durante a <i>vacatio legis</i>	75
10. Sujeição à lei nova antes de finda a <i>vacatio legis</i>	76
11. Questão da aplicabilidade do prazo da <i>vacatio legis</i> a decretos, regulamentos e outras normas obrigatórias	76

12. Lei n. 2.145/53 e o art. 1º, § 1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	78
13. “Errata”	79
14. Vigência do ato administrativo e de lei tributária.....	81
15. Inaplicabilidade do art. 1º, § 2º.....	81
16. Objeto do dispositivo legal <i>sub examine</i>	81

Art. 2º

1. Hipóteses de cessação da vigência normativa	83
2. Caducidade, desuso e costume negativo.....	84
3. Revogação	85
4. Possibilidade da existência de antinomias aparentes e reais	90
5. Critério hierárquico.....	91
6. Critério cronológico.....	93
7. Critério da especialidade	94
8. Antinomias de segundo grau e metacritérios para sua solução	98
9. Critérios para a resolução dos conflitos entre normas de direito internacional público.....	101
10. Princípios solucionadores dos conflitos entre norma de direito internacional público e norma de direito interno	102
11. Repristinação	103

Art. 3º

1. Obrigatoriedade da norma	104
2. <i>Exceptio ignorantiae juris</i>	106
3. Possibilidade de escusabilidade do <i>error juris</i>	109

Art. 4º

1. Integração e o problema das lacunas no direito.....	113
2. Localização sistemática do problema das lacunas jurídicas.....	113
3. Questão da existência das lacunas	114
A) Considerações gerais	114
B) Lacuna como problema inerente ao sistema jurídico	115
C) Lacuna como problema de jurisdição.....	121
D) Aporia das lacunas.....	127
4. Constatação e preenchimento das lacunas.....	130
A) Identificação da lacuna	130
B) Meios supletivos das lacunas	131
b.1) Analogia	131
b.2) Costume	140
b.3) Princípios gerais de direito.....	145
b.4) Equidade.....	153

Art. 5^o	
1. Utilidade prática do art. 5 ^o	159
2. Conceito, funções e caráter necessário da interpretação	165
3. Questão da vontade da lei ou do legislador como critério hermenêutico	171
4. Técnicas interpretativas	176
5. Técnica interpretativa teleológica e integração da lacuna ontológica e axiológica.....	183
6. Fim social	186
7. Bem comum.....	188
8. Efeitos do ato interpretativo	192
9. Papel da ideologia na aplicação jurídica.....	195
10. Discrecionariedade judicial	197
Art. 6^o	
1. Relação entre irretroatividade das leis, eficácia e teoria dogmática da incidência normativa.....	200
2. Ato jurídico perfeito	207
3. Direito adquirido.....	209
4. Coisa julgada	215
5. Critérios para a aplicabilidade dos princípios da retroatividade e da irretroatividade.....	223
Art. 7^o	
1. Doutrina da extraterritorialidade e estatuto pessoal	230
2. <i>Lex domicilii</i>	230
3. Estado civil e lei domiciliar	247
4. <i>Lex loci celebrationis</i> e casamento.....	280
5. Casamento de estrangeiros perante autoridade diplomática ou consular.....	283
6. Invalidade de casamento de pessoas com domicílio comum ou com domicílios diferentes.....	285
7. Declaração da putatividade do casamento nulo ou anulável	287
8. Casamento de funcionário diplomático ou consular.....	288
9. Lei disciplinadora das relações patrimoniais entre cônjuges.....	289
10. Regime matrimonial de bens de brasileiro naturalizado	291
11. Divórcio realizado no estrangeiro e seu reconhecimento no Brasil	294
12. Domicílio internacional legal dos incapazes e exceção à unidade do domicílio conjugal	297
13. Adômide e concurso sucessivo de elementos de conexão.....	299
14. Alguns subsídios jurisprudenciais relativos ao art. 7 ^o da Lei de Introdução	314

A) <i>Lex loci celebrationis</i> e prova do casamento.....	314
B) Casamento de brasileira com estrangeiro.....	314
C) Casamento religioso de pessoas estrangeiras e seus efeitos.....	314
D) Casamento consular.....	315
E) Casamento de diplomata.....	315
F) Regime matrimonial de bens.....	316
G) Naturalização e pacto antenupcial.....	318
H) Invalidade de casamento.....	318
I) Casamento putativo.....	318
J) Divórcio no exterior.....	319
K) Homologação de sentença estrangeira.....	319
L) Domicílio de origem.....	321
M) Lei domiciliar na Lei de Introdução.....	321
Art. 8º	
1. Qualificação de bens e doutrina da territorialidade e da extraterritorialidade.....	322
2. Conflito interespacial alusivo aos direitos reais: <i>lex rei sitae</i> e <i>ius in re</i> ..	322
3. Extraterritorialidade e regime de bens móveis sem localização permanente.....	325
4. Penhor e <i>ius domicilii</i>	326
Art. 9º	
1. <i>Locus regit actum</i> e <i>ius ad rem</i>	327
2. Exceções à aplicação da <i>lex loci celebrationis</i>	334
3. Exequibilidade da obrigação no território brasileiro e <i>lex loci executionis</i>	337
4. Obrigação contratual <i>inter absentes</i> e residência do proponente....	339
5. Dados jurisprudenciais.....	340
A) Contrato de trabalho em repartições diplomáticas.....	340
B) Competência da lei do pavilhão no contrato de trabalho marítimo.....	341
C) Prestação de serviço estrangeiro no Brasil.....	341
D) Transferência de empregado para o Brasil.....	341
E) Rescisão de contrato no exterior.....	341
F) Competência para julgar ações trabalhistas contra empresa estrangeira em liquidação.....	342
Art. 10	
1. Teoria da unidade sucessória.....	342
2. Lei do domicílio do <i>de cuius</i> na sucessão <i>causa mortis</i>	344

3. Comoriência.....	347
4. Morte presumida e sucessão.....	348
5. Lei disciplinadora da capacidade para suceder do herdeiro e do legatário	350
6. Execução de testamento feito no exterior.....	354
7. Variação da ordem de vocação hereditária em benefício de cônjuge ou filhos brasileiros	360
8. Adendo jurisprudencial.....	364
A) Lei aplicável à sucessão.....	364
B) Juízo competente para processar inventário de estrangeiro.....	364
C) Inventariança.....	365
D) Forma de testamento.....	365
E) Invalidade de testamento	365
F) Execução de testamento no Brasil	366
G) Herança jacente e ascendente no exterior	366
H) Sucessão aberta no estrangeiro	366
I) Capacidade para suceder.....	366
J) Adoção do sistema da pluralidade sucessória.....	367

Art. 11

1. Lei do lugar da constituição da sociedade ou fundação	369
2. Condição para abertura de filiais, agências ou estabelecimentos de pessoa jurídica estrangeira no Brasil	373
3. Restrições à aquisição, ao gozo e exercício de direito real no território nacional pelas pessoas jurídicas de direito público.....	379
4. Exceção à incapacidade aquisitiva de imóveis por governos estrangeiros.....	380
5. Jurisprudência.....	381

Art. 12

1. Critério de determinação da competência internacional e a questão do conflito de jurisdição	382
2. Territorialidade das leis de organização e competência dos tribunais..	389
3. Direito do estrangeiro ao acesso aos tribunais brasileiros e a <i>cautio judicatum solvi</i>	390
4. Competência estrangeira eventual e <i>forum prorogatae jurisdictionis</i> ...	392
5. Competência geral brasileira necessária e <i>forum rei sitae</i>	394
6. <i>Exequatur</i> de <i>litterae requisitoriales</i> e cumprimento de diligências deprecadas por autoridade competente.....	395
7. Subsídios jurisprudenciais	400
A) Competência recursal do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça	400
B) Competência internacional da autoridade judiciária brasileira..	402

C) Incompetência da justiça brasileira	403
D) Competência de justiça de país estrangeiro.....	404
E) Incompetência da justiça estrangeira.....	404
F) Carta rogatória.....	404
G) Revogação de <i>exequatur</i> de carta rogatória.....	404

Art. 13

1. Princípio da territorialidade e prova dos fatos ocorridos no exterior....	405
2. <i>Onus probandi</i> , meios de prova e modos de produção da prova.....	405
3. <i>Lex loci</i> e <i>lex fori</i>	407
4. Apreciação das provas e inadmissibilidade de prova desconhecida pelo direito pátrio.....	407

Art. 14

1. Princípio <i>iura novit curia</i> e <i>ius communis</i>	409
2. Meios de prova do direito estrangeiro aplicável.....	410
3. Teoria da remissão receptícia e teoria das normas sobre produção jurídica	412
4. Soluções doutrinárias ante a impossibilidade de se conhecer o direito alienígena.....	413

Art. 15

1. Eficácia da decisão judicial limitada à jurisdição de sua prolação..	416
2. Diferentes critérios sobre o problema da eficácia jurídica e da força executiva de sentença estrangeira.....	418
3. <i>Actio iudicati</i> e <i>exequatur</i>	420
4. Requisitos para execução de sentença estrangeira no Brasil.....	421
5. Juízo de delibação.....	432
6. Questão da dispensa da homologação de sentença estrangeira meramente declaratória de estado de pessoa	437
7. Desnecessidade do juízo de delibação para o cumprimento de carta rogatória estrangeira e de título executivo extrajudicial.....	441
8. Jurisprudência.....	442
A) Indeferimento e deferimento de homologação de sentença arbitral .	442
B) Recusa de homologação de sentença estrangeira: falta de prova do trânsito em julgado, citação irregular e incompetência do juiz.....	446
C) Finalidade da homologação.....	447
D) Homologação de sentença para execução de testamento	449
E) Homologação de sentença que decreta falência	450
F) Sentença declaratória de estado.....	450

G) Sentença estrangeira proferida em ação contenciosa de pesquisa de paternidade	451
H) Homologação e a questão de invalidade de casamento.....	451
I) Separação judicial e sua homologação.....	451
J) Homologação de sentença de divórcio.....	453
K) Homologação de sentença estrangeira sobre guarda provisória de menor e a questão da proibição da análise do mérito	455
L) <i>Exequatur</i> de carta rogatória	456
 <i>Art. 16</i>	
1. Resolução dos conflitos de qualificação de relações jurídicas	459
2. Teoria do reenvio (<i>Gesamtverweisung</i>).....	462
3. Teoria da referência do direito material estrangeiro (<i>Sachnormverweisung</i>) e proibição do retorno.....	464
4. Dado jurisprudencial.....	467
 <i>Art. 17</i>	
1. Limites à extraterritorialidade da lei.....	467
2. Soberania nacional.....	469
3. Ordem pública	470
4. Bons costumes	476
5. Instituição jurídica desconhecida.....	477
6. Jurisprudência.....	478
A) Efeitos de sentença estrangeira de divórcio anterior à Lei n. 6.515/77, em atenção à ordem pública e aos bons costumes.....	478
B) Fraude à lei ocorrida antes da Lei do Divórcio	480
C) Inaplicabilidade de lei estrangeira contrária à nacional	480
D) Casamento no exterior e impedimento dirimente absoluto	481
 <i>Art. 18</i>	
1. Competência do cônsul e lei reguladora dos atos por ele praticados .	482
2. Celebração de casamento de brasileiros perante autoridade consular e sua prova.....	485
3. Subsídios jurisprudenciais	487
A) Legalização de certidão de nascimento pelo cônsul.....	487
B) Legalização de cambial no consulado.....	488
C) Casamento de brasileiros perante autoridade do registro civil de país estrangeiro.....	488
D) Casamento de estrangeiros no exterior e ulterior naturalização brasileira de ambos.....	488
E) Casamento no exterior entre brasileiro e estrangeira	488

<i>Art. 19</i>	
1. Validade de casamento consular de brasileiros não domiciliados no Brasil	489
2. Renovação de pedido para celebração de casamento consular de nacionais domiciliados no exterior	490
Capítulo III — IMPORTÂNCIA DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	491
<i>Anexos</i>	497
1. Projeto de Lei n. 243, de 2002.....	497
2. Projeto de Lei n. 269, de 2004.....	507
3. Projeto de Lei do Senado n. 349, de 2015	514
4. Lei n. 12.376, de 2010	520
<i>Bibliografia</i>	521